



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Educação Física



Henrique Santos Broietti

**Análise comparativa do financiamento esportivo dos Governos
Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022)**

Campinas, 2024

Henrique Santos Broietti

**Análise comparativa do financiamento esportivo dos Governos
Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022)**

Trabalho de conclusão de
curso apresentado à
Graduação da Faculdade de
Educação Física da
Universidade Estadual de
Campinas para obtenção
do título de Bacharel em
Educação Física

Orientadora: Silvia Cristina Franco

Co-Orientadora: Daniele Medeiros

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA MONOGRAFIA
DEFENDIDA PELO ALUNO
HENRIQUE SANTOS BROIETTI
ORIENTADO PELA PROF^a DR^a SILVIA
CRISTINA FRANCO.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca da Faculdade de Educação Física
Dulce Inês Leocádio - CRB 8/4991

B786c Broietti, Henrique Santos, 2000-
Análise comparativa do financiamento esportivo entre os governos Lula
(2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022) / Henrique Santos Broietti. – Campinas, SP
: [s.n.], 2024.

Orientador: Silvia Cristina Franco Amaral.

Coorientador: Daniele Cristina Carquejeiro de Medeiros.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação Física.

1. Políticas públicas. 2. Esportes. 3. Financiamento. 4. Silva, Luiz Inácio Lula
da, 1945-. 5. Bolsonaro, José Jair, 1955-. I. Amaral, Silvia Cristina Franco. II.
Medeiros, Daniele Cristina Carquejeiro de. III. Universidade Estadual de
Campinas (UNICAMP). Faculdade de Educação Física. IV. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: Comparative analysis of the sports financing of Lula (2003-2010) and
Bolsonaro (2019-2022) governments

Palavras-chave em inglês:

Public policy

Sports

Financing

Silva, Luiz Inácio Lula da, 1945-

Bolsonaro, José Jair, 1955-

Titulação: bacharel

Banca examinadora:

Fernando Henrique Silva Carneiro

Data de entrega do trabalho definitivo: 28-06-2024

Banca Examinadora

Profª Drª Silvia Cristina
Orientadora

Profª Drª Daniele Medeiros
Coorientadora

Profº Drº Fernando Henrique Silva Carneiro
Banca

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à minha família: Minha mãe Gláucia, meu pai Vergílio, meu irmão Pedro e minha irmã Júlia por todo apoio e por serem meu porto seguro.

Meus amigos de infância: Manuel, Renan, Vinicius, Caio e Fábio.

Minhas amizades que criei durante a graduação, em especial aos membros da República Galinheiro de 2024 e meus melhores amigos dessa jornada de seis anos: Luiza e Gustavo.

Por fim agradeço a todo corpo docente e aos funcionários da faculdade de educação física por moldar não apenas o profissional que me torno hoje, mas minha pessoa também; em especial, agradeço às minhas orientadoras, Professora Sílvia e Professora Daniele.

BROIETTI, Henrique Santos. **Análise comparativa do financiamento esportivo dos Governos Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022)** 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2024

Resumo:

Esse trabalho realiza uma análise das políticas públicas voltadas para o esporte brasileiro, comparando características, origens e direções dos gastos realizados durante os governos Lula (2003-2010) e Jair Bolsonaro (2019-2022). As bases de comparação foram elaboradas a partir da metodologia crítica de análise proposta por Boschetti (2009). Durante o governo de Lula, mesmo com uma série de limitações e a manutenção das relações burguesas em sua política neodesenvolvimentista, observou-se um grande avanço na criação de políticas públicas para o acesso, captação de recursos e desenvolvimento do esporte brasileiro provindo principalmente do orçamento público, atuando diretamente para a estruturação das políticas públicas para o esporte. Já durante o Governo Bolsonaro, notou-se uma desestruturação das políticas públicas para o esporte a partir da extinção do Ministério do Esporte, além de sua militarização e alinhamento à ala ideológica do governo, somada a falta de transparência e da quase inexistência de políticas voltadas para o acesso ao esporte, o que o distanciou de seu asseguramento como direito constitucional, supervalorizando o esporte de alto rendimento fomentado principalmente por vias de investimento que não transitam pelo orçamento público, consequência de seu objetivo de enfraquecimento proposital do poder público em contraste com a valorização das prioridades determinadas pelo setor privado.

Palavras-chave: Políticas públicas; Esporte; Financiamento público; Lula; Bolsonaro

BROIETTI, Henrique Santos. **Comparative analysis of the sports financing of Lula (2003-2010) and Bolsonaro (2019-2022) governments** 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2024

Abstract

This research analyzes the public politics around the Brazilian sport area, comparing characteristics, origins and the directions of the investments made during the governments Lula (2003-2010) and Bolsonaro (2019-2022). The comparison bases were elaborated by the critical analysis methodology proposed by Boschetti (2009). During the Lula government, even with a lot of limitations and the maintenance of bourgeois relations in his neo-developmental policy, it's possible to note a great development of public politics' creations for sport's access, its fundraising and consequently, the development of the Brazilian sport mainly by the public resources. However, during Bolsonaro's government, it's possible to note a great regression from the Sport Ministry extinction in addition to its militarization, its lack of transparency and the inexistence of politics directed to the sports' access, distancing it from its assurance as a constitutional right, overvaluing the professional sport, developed mainly by finance sources without relation with the state, weakening the public power un purpose from the valuation of the priorities determined by the private sector.

Keywords: Politics; Sport; Financing; Lula; Bolsonaro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Os direcionamentos de gastos e suas definições	19
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Valores pagos em R\$ por programa no período de 2004-2010 (em milhões)	25
Tabela 2	Proporcionalidade do uso das fontes de financiamento do esporte entre 2003-2010	30
Tabela 3	Proporção do direcionamento de investimentos no esporte pela Via Orçamentária entre 2003-2010	31
Tabela 4	Proporção do direcionamento de investimentos pelo financiamento esportivo total entre 2003-2010	32
Tabela 5	Proporção de uso de vias de investimento no governo Bolsonaro (2019-2022) para o esporte brasileiro	41
Tabela 6	Proporção da fonte orçamentaria nos direcionamentos de gastos para o esporte durante o governo bolsonaro (2019-2022)	42
Tabela 7	Proporção do direcionamento de gastos entre 2019-2022 considerando o financiamento total do esporte	44
Tabela 8	Proporção de uso das vias de financiamento de Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022) para o esporte brasileiro	50
Tabela 9	Proporção do direcionamento de gastos orçamentários e do financiamento total para o esporte nos governos de Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022)	52

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANC: Assembléia Nacional Constituinte

Art 217: Artigo 217

CNE: Conferência Nacional de Esportes

EAR: Esporte de Alto Rendimento

EELIS: Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

LIE: Lei de Incentivo ao Esporte

ME: Ministério do Esporte

PCdoB: Partido Comunista do Brasil

PELC: Programa Esporte, Lazer e Cidade

PSL: Partido Social Liberal

PST: Programa Segundo Tempo

PT: Partido dos Trabalhadores

SNEAR: Secretaria Nacional de Esportes de Alto Rendimento

UNB: Universidade de Brasília

Sumário

Resumo	5
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - O ESPORTE NO GOVERNO LULA 1 (2003-2006) E LULA 2 (2007-2010)	21
1.1 O Contexto.....	21
1.2 A criação do Ministério do Esporte e seus Ministros	22
1.3 - Criação de programas e a realização das Conferências Nacionais de Esporte (CNEs)	23
1.4 As prioridades	29
CAPÍTULO 2 – O GOVERNO BOLSONARO.....	35
2.1 – O Contexto.....	35
2.2 A extinção do Ministério do Esporte e seus Secretários Especiais.....	36
2.3 A criação de programas.....	37
2.4 As prioridades	41
CAPÍTULO 3: COMPARAÇÃO ENTRE AS PRIORIDADES DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS DE LULA (2003-2010) E BOLSONARO (2019-2022)	47
3.1 Criação de Programas.....	48
3.2 Comparação entre fontes de investimento de cada governo.....	50
3.3 Prioridade de destinos de recursos de cada governo	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

O esporte moderno que conhecemos, para além da prática, é um produto político e social que está em constante mudança em suas estruturas e representações a partir de novas tendências, normas, entre outras influências.

O embrião do esporte moderno que conhecemos hoje, se formou apenas no início do Século XIX, conhecido pelo movimento de regulamentação dos jogos populares das “Public Schools” na Inglaterra. Essa regulamentação surgiu como uma estratégia de controle do tempo livre dos adolescentes das classes dominantes (RUBIO, 2002) que antes possuíam autonomia para usá-lo da maneira como queriam. Segundo Gonzales (1993, p.14) as public schools eram centros educativos extremamente seletos, correspondendo às escolas em que filhos de famílias aristocratas e burguesas influentes.

Dessa forma, o esporte moderno se desenvolveu aos moldes burgueses após a Revolução Francesa e durante a Revolução Industrial, herdando consigo a racionalização, sistematização e a orientação ao resultado (SIGOLI;JÚNIOR, 2004).

Alguns séculos se passaram, mas a influência burguesa permanece até os dias de hoje. Se anteriormente à Revolução Francesa essa classe ainda estava sob ascensão, atualmente ela exerce relação direta de poder por meio do controle do Estado. Segundo Marx e Engels (1998, p.12), o governo do Estado Moderno não é, senão, um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa. Logo, seguindo os interesses dessa classe, o Estado como forma política do capitalismo (MASCARO, 2013), exercendo influência direta na gestão de recursos em nossa sociedade em áreas como segurança, educação, e como objeto de estudo dessa pesquisa: o esporte.

Durante o século XX, observou-se o amadurecimento do esporte como instrumento do Estado, seja por interesses internos ou externos ao redor do mundo. Ao longo do período, há diversos exemplos do uso do esporte como ferramenta de saúde

coletiva, propaganda política e entre outras.

No Brasil, a relação direta entre Estado e esporte foi estabelecida durante o Governo de Getúlio Vargas por intermédio da Lei n 378 de 13/03/1937. Nessa oportunidade, criou-se a “Divisão de Educação Física”, marcando o início da institucionalização do esporte no Brasil (ZARDO;STAREPRAVO; DE SOUZA, 2018). A divisão pertencia ao Ministério de Educação e Cultura e perdurou até 1970, sendo chefiada em sua maioria por militares.

Em 1970, durante a Ditadura Militar (1964-1985), a divisão é transformada no “Departamento de Educação Física e Desportos” por meio do decreto nº 66.967, de 27 de junho de 1970 (ZARDO;STAREPRAVO; DE SOUZA, 2018), permanecendo vinculado ao Ministério de Educação e Cultura. Oito anos após sua criação, o departamento foi transformado em “Secretaria de Educação Física e Desporto” ainda ligado ao Ministério da Educação e Cultura.

Apesar da ausência de um Ministério, a relação do país com o esporte adquiriu um grande destaque durante a ditadura militar - sobretudo com o futebol nacional – período em que o esporte e a educação física eram usadas politicamente para alienar e afastar a juventude das organizações revolucionárias (ADUSP, 2004). Com a conquista da Copa do Mundo de Futebol de 1970, o governo militar buscou explorar o patriotismo ao rendimento, como explica Oliveira (2012, p.164):

O pódio, talvez o símbolo máximo da cultura esportiva, era bastante apropriado para uma cultura política autoritária que pretendia estar no topo, à frente, no ápice. A ditadura não inventou o esporte. Mas ele parece feito sob medida para fomentar um conjunto de símbolos que remetiam à eficiência, ao desempenho, à vitória, à superação, à ação, temas recorrentes no léxico da sociedade brasileira daqueles anos, sob a batuta dos militares. O enfrentamento à subversão se fazia à bala, tortura e morte. O esporte cumpria um papel menos físico ou atlético, e mais simbólico. Menos anestésico das consciências e mais fomentador de sentimento comum de pertencimento.

Na segunda metade da década de 1970, observou-se o processo lento e gradual de abertura política da Ditadura Militar Brasileira, estimulada principalmente

pela pressão social acerca da criação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para substituir a Constituição de 1967 criada no Governo de Castello Branco, que possuía, entre outras, as determinações dos Atos Institucionais (AI-5). Além disso, outro fator que enfraqueceu o poder de opressão dos militares foi a crise econômica (FERNANDES, 2006), momento em que o “Milagre econômico” começou a decrescer (DA CRUZ, 2014) aumentando consideravelmente a dívida externa brasileira.

A pressão popular atingiu seu ponto máximo em 1984 com o movimento popular das “Diretas Já”, pressionando o Congresso a aprovar a emenda constitucional que permitia eleição presidencial por meio do voto direto (DA CRUZ, 2014). Por mais que o objetivo principal não tivesse sido atingido por conta do reduzido número de votos a favor da emenda, o PMDB lançou Tancredo Neves (pessoa civil) para as eleições presidenciais daquele ano. Tancredo foi eleito, mas não chegou a ser empossado por complicações de saúde. Seu então vice, José Sarney, tomou o cargo de Presidente, encerrando assim o ciclo de presidentes militares.

Em 1985, Sarney enviou ao Congresso Nacional uma proposta de convocação para a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) (CRUZ, 2014). Porém, apenas 3 anos depois, promulga-se um importante fator influenciador para a política esportiva nacional: a Constituição de 1988 (VERONEZ, 2002). Seu art 217 torna-se aqui nosso foco central, pois a partir dele, temos o esporte como direito constitucional pela primeira vez. Segundo o artigo:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social

Destaca-se aqui dois pontos principais: a constitucionalidade da responsabilização do estado (pelo próprio artigo 217) em fomentar práticas desportivas formais ou não. Além disso, seu segundo inciso determina algo importante para julgarmos uma política esportiva: a obrigatoriedade da priorização de investimento em desporto educacional e, somente em casos específicos, o desporto de alto rendimento. Entretanto, por diversas vezes, como veremos a seguir, o esporte de alto rendimento e de espetáculo obteve uma maior relevância de investimentos do que o esporte educacional.

Canan e Starepravo (2021) apontam dificuldades quanto à interpretação do dispositivo constitucional por meio do estabelecimento do direito à liberdade de prática, porém sem apoio do Estado. Além disso, a responsabilidade do Estado e o investimento público estariam restritos às práticas esportivas formais, dirigidas e organizadas pelas entidades privadas. Dessa maneira, o esporte passa a ser representado constitucionalmente.

Nesse momento, o esporte, o Esporte brasileiro estava vinculado ao Ministério da Educação (ZARDO; DE SOUZA; STAREPRAVO, 2018) representado pela “Secretaria de Desportos” e assim permaneceu até o Impeachment de Fernando Collor de Mello. Em 1995, a secretaria deu lugar ao Ministério Extraordinário do Esporte durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Ainda sob seu governo (agora em seu segundo mandato), em 1998 criou-se o Ministério do Esporte e Turismo (MET) por meio da MP nº 1.794-8.

Cardoso já havia presidido o Brasil em dois mandatos seguidos, o que o impediria de concorrer novamente a uma eleição. Dessa forma, o Brasil assistiria uma nova disputa, travada entre o líder do Partido dos Trabalhadores: Luís Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula, e o líder do PSDB, José Serra. No segundo turno, Lula superou Serra obtendo mais de 61% dos votos.

Durante seu primeiro ano de mandato, o Ministério do Esporte (ME) foi

criado (CARNEIRO;ATHAYDE;MASCARENHAS, 2019) em 2003. Logo, o esporte possuiria pela primeira vez na história nacional, um Ministério próprio e exclusivo. Ele permaneceu em atividade, moldando-se a novas prioridades políticas de cada período e de cada governante que se passou em nossa história (mais ou menos) democrática do século.

É possível inserir nessa história republicana a vitória nas eleições presidenciais do então Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro – ex militar – que derrotou o representante do Partido dos Trabalhadores (PT) Fernando Haddad, ex ministro da educação de Lula.

Durante seu governo, após 16 anos de funcionamento, Bolsonaro colocaria em prática uma de suas promessas de campanha: diminuir o número de Ministérios em Brasília. Dessa forma, extinguiu-se os Ministérios do Trabalho, o Ministério da Cultura, o Ministério do Desenvolvimento Social e, objeto de estudo deste trabalho, o Ministério do Esporte. Ele foi rebaixado a uma Secretaria - Secretaria Especial do Esporte - que seria incorporada ao Ministério da Cidadania (CARNEIRO et al 2019).

Para além das mudanças de pasta e de sua nomenclatura, é importante compreender que prioridades de investimento e características na administração do esporte brasileiro também variam a cada novo governo. Logo, o seguinte estudo tem como objetivo compreender e analisar as prioridades de investimento durante o Governo Lula (2003-2010) e durante o Governo Bolsonaro (2019-2022) de uma maneira comparativa. Para tal, elaboramos as seguintes perguntas: como eles se distinguem? De onde vem o dinheiro a ser investido? Quais seus principais destinos? De que maneira a característica de um governo influencia nas ações voltadas para o esporte? Quais prioridades distinguem um governo voltado para criação de um Ministério em comparação com um governo que o extinguiu?

Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa quanti-qualitativa de cunho comparativo, tendo por base os governos de Lula (2003-2010) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Os dados a serem apresentados foram encontrados na literatura destinada ao aprofundamento dos estudos acerca do financiamento do esporte brasileiro, como Veronez (2005); Almeida (2010); Castelan (2011); Matias et al. (2015); Athayde, Salvador

e Mascarenhas (2015), Teixeira (2016); Carneiro e Mascarenhas (2018), Athayde; Araújo e Pereira Filho (2021), Carneiro (2023), entre outros. Além disso, usou-se ferramentas de transparência política como o “FalaBr”, uma ferramenta federal de acesso a transparência, e no portal “Transparência no Esporte”, ferramenta criada pela Universidade de Brasília (UNB) que apresenta dados e expõe de maneira clara a origem, o montante e o direcionamento dos recursos públicos federais para o esporte. (TRANSPARÊNCIA NO ESPORTE, 2023).

Para além de discursos morais ou religiosos que podem definir o apoio a um candidato, apresenta-se aqui uma análise comparativa a fim de refletir as prioridades acerca do investimento esportivo nacional durante um governo que criou o ME (Lula) e o outro governo que o extinguiu (Bolsonaro). Essa compreensão da lógica de financiamento da política esportiva e seus gastos é uma chave interpretativa fundamental para compreender os caminhos e prioridades da política esportiva brasileira a serem seguidas (CARNEIRO;MASCARENHAS 2018).

As bases para compararmos os governos serão fundamentadas na metodologia proposta por Boschetti (2009). A autora propõe a análise de políticas públicas tendo por um de seus aspectos, a dinâmica do financiamento e gasto das ações governamentais.

Inicialmente, temos as fontes de financiamento. Segundo a autora, estas análises permitem compreender “quem paga a conta” na garantia de políticas sociais, revelando se o recurso é proveniente de impostos que sobrecarregam os trabalhadores ou se oneram os empregadores e o capital (BOSCHETTI, 2009).

Em seguida, observa-se a direção dos gastos, ou seja, onde o investimento será aplicado. Segundo Boschetti (2009, p.14):

Ele contempla duas dimensões fundamentais: a distribuição dos recursos entre programas, projetos, benefícios e serviços que integram uma política social, o que possibilita analisar o grau de prioridade recebido pelos programas no âmbito da política social analisada; 2) distribuição federativa/geográfica dos recursos entre Estados e municípios, o que permite identificar as regiões que recebem prioridade e relacionar com as necessidades e índices socioeconômicos locais.

Por fim, a terceira base apresentada é a magnitude dos gastos, ou o volume

de recursos, a fim de verificar se houve mais ou menos investimentos em determinadas áreas. Optou-se nesse trabalho por não utilizá-la como ferramenta comparadora, por conta da pouca transparência no governo Bolsonaro, o que dificulta o acesso a informações em seu governo, principalmente na exposição detalhada dos recursos destinados a programas governamentais.

A partir do estudo de Boschetti (2009), Carneiro e Mascarenhas (2018), determinaram três tipos de fontes possíveis que representam a origem, ou seja, de onde vem o investimento na área esportiva federal brasileira.

Inicialmente, identificamos a Fonte Orçamentária, que corresponde a tributos federais, transitando pelo orçamento público. Ela possui quatro subfontes: Recursos ordinários para a função “Desporto e Lazer”, contribuições sobre concursos prognósticos e loterias para a função “Desporto e Lazer”, outros recursos orçamentários para a função “Desporto e Lazer”, recursos ordinários e de outras fontes de recursos do orçamento federal de distintas funções para as subfunções vinculadas ao esporte. Sua execução se dá pela interação entre os poderes Legislativo (aprovação) e Executivo (elaboração) (CARNEIRO; MASCARENHAS, 2018). Por isso, Salvador (2012b) a indica como a fonte mais visível do fundo público, facilitando a análise do direcionamento de seus gastos.

Em seguida, a Fonte Extraorçamentária, como o próprio nome indica, está relacionada a recursos que não transitam pelo orçamento público. Entre suas subfontes, há os repasses sobre concursos de prognósticos e loterias para entidades esportivas, os patrocínios sem incentivo fiscal das estatais federais e a contribuição sobre salários e transferências de atletas profissionais pagos pelas entidades de prática esportiva para a assistência social e educacional da categoria (CARNEIRO; MASCARENHAS, 2018).

Por fim, há os Gastos Tributários, também chamados de Via Indireta, pois relacionam-se com desonerações tributárias e isenções fiscais que deixam de compor o orçamento federal (TRANSPARÊNCIA NO ESPORTE, 2023). Salvador (2015) aponta-o como uma das alternativas encontradas pelos governos Lula e Dilma, como elemento anticíclico para lidar com a crise econômica mundial de 2008, buscando socorrer as empresas em momentos de crise do capitalismo. Suas subfontes são: desoneração das

entidades recreativas sem fins lucrativos, isenção fiscal de patrocínios e doações de pessoas físicas e jurídicas no apoio direto ao esporte, isenção de impostos na fabricação nacional e importação de equipamentos e materiais esportivos, isenção a Sociedades Anônimas de futebol, isenção de tributos nas importações de bens recebidos como premiação em evento esportivo realizado no exterior e de bens e materiais consumidos, distribuídos ou utilizados em evento esportivo no Brasil, desonerações tributárias voltadas à realização dos grandes eventos esportivos (TRANSPARÊNCIA NO ESPORTE, 2023)

Acerca do direcionamento do gasto proposto por Boschetti (2009), ou seja, o que determina para onde vai o investimento, Carneiro e Mascarenhas (2018) estabelecem cinco direcionamentos possíveis de gasto dentro do cenário político esportivo nacional. A figura abaixo as expõe e as detalha a partir da classificação presente no portal Transparência no Esporte da UNB (2023):

FIGURA 1 - Os direcionamentos de gastos e suas definições

DIRECIONAMENTO	DEFINIÇÃO
ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO (EAR)	Está relacionado às políticas desenvolvidas para o Esporte de Alto Rendimento, se relacionando a preparação e participação de atletas em competições nacionais ou internacionais.
ESPORTE, EDUCAÇÃO LAZER INCLUSÃO SOCIAL (EELIS)	Se relaciona as políticas desenvolvidas para que o esporte seja acessado como direito, em projetos sociais, na escola e no lazer.
INFRAESTRUTURA	Recursos direcionados a reforma e construção de espaços e equipamentos esportivos, exceto para a realização dos Grandes Eventos.
GESTÃO	Está vinculada a gestão e manutenção das instituições responsáveis pela realização de políticas esportivas.
GRANDES EVENTOS	Se refere aos recursos públicos que foram destinados para realização de grandes eventos como: os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos Rio 2007, Jogos Mundiais Militares Rio 2011, Copa das Confederações FIFA 2013, Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Fonte: Transparência no Esporte. Acessado em 01/03/2024 (Elaboração própria)

Além desses fatores, ações do governo que influenciaram o Esporte Brasileiro serão apresentados, assim como características (estruturais e de liderança) de cada gestão.

Para melhor organização e exposição dos dados, tal pesquisa se dividiu em três capítulos.

O primeiro capítulo se denomina “O esporte no governo Lula 1 (2003-2006) e Lula 2 (2007-2010)”. Em seguida, o segundo capítulo comporta “O esporte no governo Bolsonaro (2019-2022)”. Ambos os capítulos terão quatro subcapítulos a fim de

contextualizar cada governo, assim como organizar a exposição das informações a serem apresentadas como prioridades de investimento e as fontes de financiamento decada período. Em sequência, o terceiro capítulo - Comparação entre os Governos Lula e Bolsonaro – constitui-se de uma análise comparativa das características de governo e dos dados apresentados nos dois capítulos anteriores. Por fim, elaboramos as considerações finais sobre a temática pesquisada.

CAPÍTULO 1 - O ESPORTE NO GOVERNO LULA 1 (2003-2006) E LULA 2 (2007-2010)

1.1 O Contexto

Luiz Inácio Lula da Silva nasceu em 27 de outubro de 1945 na cidade de Garanhuns, interior de Pernambuco. Sua vida na carreira política se iniciou com sua atuação no sindicato dos metalúrgicos das Indústrias Villares. Em 1975, em plena ditadura militar, passou a representar mais de 100 mil trabalhadores enquanto atuava como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo do Campo (SP).

Em 1980 ele atuou ativamente na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em um período de processo de abertura política lenta e gradual comandada pelos militares ainda no poder.

Como representante do Partido, disputou as eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, frustrando-se em todas elas. Porém, nas eleições presidenciais de 2002, o então candidato petista superou seu adversário José Serra (PSDB) no segundo turno com mais de 50 milhões de votos, representando mais de 61% dos votos válidos. Lula tornaria-se o primeiro presidente de raiz operária do Brasil. Havia uma grande expectativa de um alinhamento maior com a criação de políticas públicas que priorizassem os direitos sociais, assim como a materialização do rompimento da lógica da pequena política (MATIAS, 2013).

Apesar dos avanços sociais e econômicos, observa-se uma política de conciliação de classe, adaptação ao aparelho estatal burguês, a ausência de reformas vitais aos trabalhadores, o descolamento da base social e a ausência de investimentos na elevação da consciência de classe (TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR, 2019), mantendo assim de Lula, uma manutenção da relação com práticas neoliberais durante e após a campanha de 2002. Athayde (2011) cita também a aliança com partidos de centro-direita e o anúncio para o cargo de vice-presidente um personagem ligado à indústria como subterfúgio para tranquilizar o meio empresarial como exemplos de suas manobras políticas.

1.2 A criação do Ministério do Esporte e seus Ministros

Logo no primeiro ano de governo, Lula criou um dispositivo regulamentar que influenciaria diretamente as políticas públicas nacionais de esporte e lazer: a criação do Ministério do Esporte (ME), ocasião em que foram separados os Ministérios do Esporte e do Turismo (CASTELAN, 2010). Foi a primeira vez na história brasileira que o Esporte passou a possuir um Ministério próprio e exclusivo.

Contudo, sua criação se deu por um jogo político a partir da necessidade de acomodar o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em algum cargo de relevância na esfera federal após anos de apoio ao Partido de Lula em eleições anteriores. Na criação do ME, sua estrutura organizacional contou com quatro Secretarias: a Secretaria Executiva, a Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (SNDEL). Destas, a gestão da SNDEL foi delegada a quadros ligados ao PT, enquanto as demais ficaram sob responsabilidade do PCdoB (Carneiro, 2019).

Seu primeiro Ministro foi Agnelo Queiroz, médico e Deputado Federal eleito pelo Distrito Federal, partidário ao PCdoB. Em 31 de Março de 2006, Queiroz deixou o cargo para candidatar-se ao Senado (CASTELAN, 2010), dando lugar a Orlando Silva Júnior, já presente na área esportiva, atuando anteriormente como Secretário Nacional de Esporte. Ele permaneceu na chefia do Ministério até Outubro de 2011, já durante o Governo Dilma.

Dessa forma, em 8 anos de mandato, Lula possuiu dois Ministros na administração do Ministério do Esporte. Apesar da relativa estabilidade política e da experiência na área da saúde como no caso de Queiroz, até a experiência na área da gestão em esporte como no caso de Orlando, ambos não possuíam formação na área de esportes (GUIMARÃES, 2017). Pode-se afirmar que as indicações para a liderança do Ministério possuíram relação com o jogo político interno de apoios e influências dentro de um governo, representado nesse caso pela necessidade de alocação do PCdoB à chefia de uma pasta federal.

1.3 - Criação de programas e a realização das Conferências Nacionais de Esporte (CNEs)

Apesar do orçamento ainda incompatível com as necessidades existentes, o governo federal buscou formular uma política nacional para o setor (MATIAS, 2014). Dessa forma, o Governo Lula se destacou pela criação de diversos programas para a promoção do esporte brasileiro.

Voltado para a democratização e acesso ao esporte para pessoas à margem da sociedade, o “Programa Esporte e Lazer da Cidade” (PELC) foi desenvolvido pelo Ministério do Esporte no primeiro mandato de Lula. Segundo Matias (2014), sua função era suprir a carência de políticas sociais de esporte recreativo e lazer da população. Além disso, ele foi ancorado em três eixos: a) manter os núcleos esportivos nas comunidades e fomentá-los; b) consolidar os Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede Cedes); c) implantar e modernizar a infra estrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer. Abrangente, ele chegou a beneficiar milhões de pessoas, e foi distribuído por centenas de municípios.

Outro programa de extrema relevância foi o “Programa Segundo Tempo” (PST), considerado o carro-chefe do ME. Ele foi criado no fim de 2003, e seu objetivo voltava-se a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte como agente de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. Ele também se destaca por sua abrangência, impactando positivamente mais de um milhão de pessoas (GUIMARÃES, 2017).

No âmbito da cultura, houve a criação do “Programa Esportes de Criação Nacional e de Identidade”, voltado para o incentivo a prática de modalidades esportivas de criação nacional (GUIMARÃES, 2017).

O Governo Lula se destaca também pela relação do esporte com o sistema penitenciário brasileiro. Por meio da “Inserção Social pela Produção de Material Esportivo”, “Pintando a Liberdade” e o “Pintando a Cidadania”, o governo gerou mais de doze mil empregos e absorveu a mão de obra de mais de 1800 pessoas (GUIMARÃES,

2017).

Além do acesso ao esporte como direito social, também foram criados uma série de projetos para o esporte de Alto Rendimento.

Sem dúvidas, o programa de maior importância e relevância para o esporte profissional no Brasil foi a criação do “Bolsa-A atleta” em 2005, considerado pelo governo como o maior financiamento individual de atletas do mundo (TEIXEIRA et al, 2018). O programa beneficia atletas de alto rendimento que possuem resultados satisfatórios em competições internas e no exterior. Antes dele, não havia um programa nacional a fim de proporcionar uma renda fixa proposta pelo Estado a atletas profissionais das mais variadas modalidades. Em 2010, por exemplo, o programa chegou a contemplar 2954 esportistas (ATHAYDE;MASCARENHAS;SALVADOR, 2015).

Ademais, a criação da Lei nº 11.438/06, mais conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) impactou não apenas o esporte nacional, mas também o funcionamento da estrutura de investimento acerca da área. Ao ser sancionada em 29 de dezembro de 2006, ela permitiu que recursos provenientes de renúncia fiscal fossem aplicados em projetos das diversas manifestações desportivas e paradesportivas distribuídos por todo o território nacional (CAVAZZONI;BASTOS;KURLE, 2010).

Regulamentada através do Decreto nº 6.180, institui-se que

(...) a partir do ano de 2007 até o ano de 2015, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na declaração de ajuste anual pelas pessoa físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com o lucro real os valores dependidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (BRASIL, 2006).

O objetivo de sua criação esteve relacionado com a ampliação dos recursos para as políticas esportivas nacionais.

Ainda no âmbito do esporte profissional, o Governo lançou o “Brasil no Esporte de Alto Rendimento”, determinado a melhorar a performance dos atletas brasileiros principalmente em competições internacionais representando o país.

Finalmente, a fim de desenvolver um plano administrativo para sediar os Jogos Para e Pan Americanos de 2007, o governo Lula, durante seu primeiro mandato, criou o programa “Rumo ao Pan 2007”, voltado para preparação das estruturas necessárias e de atletas para o evento que seria realizado no Rio de Janeiro.

Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015) aprofundaram-se na análise acerca do financiamento dos principais programas do período, detalhando como foi seu comportamento durante os anos entre 2003 e 2010. Os dados estão expostos na TABELA 1, baseada nos valores brutos (e deflacionados para o ano de 2010) encontrados pelos mesmos autores no SIGA Brasil - Senado Federal.

TABELA 1 - Valores em R\$ pagos por programa no período de 2004-2010 (em milhões)

PROGRAMAS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO	R\$ 9.468,80	R\$ 7.885	R\$ 10.301,10	R\$ 7.909,60	R\$ 58.846,10	R\$ 17.956,80	R\$ 74.544,40	R\$ 186.911,80
RUMO AO PAN 2007	R\$ 55.012,70	R\$ 7.748,70	R\$ 158.158,10	R\$ 820.518,50	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 1.041.438.000
PROGRAMA ESPORTE, LAZER E CIDADE (PELC)	R\$ 56.484,40	R\$ 13.783,30	R\$ 34.989,90	R\$ 22.693,70	R\$ 22.838	R\$ 4.756,40	R\$ 20.993,60	R\$ 176.539,30
PROGRAMA SEGUNDO TEMPO (PST)	R\$ 42.687,70	R\$ 68.652,30	R\$ 69.298,70	R\$ 35.681,60	R\$ 94.926,80	R\$ 60.118,30	R\$ 75.562,20	R\$ 446.927,60

Fonte: Athayde;Mascarenhas;Salvador, 2015

Valores deflacionados para os valores correspondentes a 2010

A partir da análise da tabela 1, podemos compreender as tendências e prioridades de investimento durante o governo Lula. Até o ano de 2005, ou seja, com dois anos de mandato, há um determinado equilíbrio entre os recursos destinados entre o PST, PELC e Rumo ao Pan 2007.

Porém, a partir de 2006, observa-se um crescimento acentuado nos investimentos para o Rumo ao Pan 2007 que perdurou por dois anos. O programa saiu de 2005 com R\$7.748,7 de orçamento para R\$158.158,10 em 2006 e, no ano seguinte (2007), seus investimentos chegaram ao valor de R\$820.518,10. Esse crescimento agudo não foi acompanhado pelos outros programas. Seguindo caminho contrário, o PST

obteve o menor orçamento de sua história em 2007. O PELC por sua vez, obteve seu segundo menor orçamento da história no mesmo ano.

Com o fim do grande evento, o Rumo ao Pan 2007 esvaziou-se. Porém, passa-se a observar o crescimento acentuado do orçamento correspondente ao “Brasil no Esporte de Alto Rendimento”, aumentando em mais de oito vezes seu orçamento de 2007 para 2008, crescimento proporcional bem superior ao PELC e PST. Em 2010, o programa para o alto rendimento já recebia o mesmo investimento que o PST.

Dessa forma, o Governo Lula 1 (2003-2006) apresentava um maior equilíbrio dos recursos destinados entre os programas. Porém, durante o Governo Lula 2 (2007-2010) direcionou sua política esportiva para o esporte espetáculo, finalizando seu mandato com mais de 1 bilhão investidos em apenas um único programa, o Rumo ao Pan 2007. Esse valor superou todos os outros programas somados com determinada folga (ATHAYDE; MASCARENHAS; SALVADOR, 2013).

Em seguida, o PST aparece como o segundo programa com mais investimentos, seguido pelo “Brasil no Esporte de Alto Rendimento”, impulsionado pelos grandes eventos que aconteceram e aconteceriam anos depois em solo nacional. O segundo mandato de Lula aumentou em cinco vezes a média de investimento para este último, crescimento proporcionalmente não observado pelos programas de esportes educacionais e de participação.

Por fim, o PELC foi o programa com menor orçamento entre os outros três analisados. Tal configuração é incompatível com seu potencial abrangedor, visto que o programa atingiu mais de 10 milhões de pessoas até 2010 em mais de 1200 municípios (ATHAYDE; MASCARENHAS; SALVADOR, 2013).

Logo, apesar da criação de programas como o PELC e PST que fortaleceram o dever do Estado de promover o acesso ao esporte, observa-se os esportes de alto rendimento e os grandes eventos como grandes influenciadores na estruturação das políticas esportivas observadas nesse período.

Athayde, Mascarenhas e Salvador (2013) apontam que na medida em que o PELC assumiu um papel secundário no financiamento das políticas esportivas no Brasil, a perspectiva de consubstanciação do esporte e lazer como direito social foi comprometida. Esse fato explicita a visão da promoção do esporte brasileiro voltada para o esporte espetáculo com uma evidente primazia do esporte de alto rendimento. Além disso, o comportamento irregular dos orçamentos dos programas apresentados dificultam não apenas suas estruturas, mas o seu funcionamento regular.

Contudo, cabe ressaltar os progressos sociais que estão presentes nesse debate. A criação de programas de impacto social na área esportiva, historicamente, foram pouco fomentados e desenvolvidos. Logo, a criação de programas voltados para essa finalidade significaram uma grande conquista para o acesso ao esporte no país. Porém, apesar de sua criação, é necessário sua manutenção a partir de investimentos coerentes, que ressaltem sua abrangência e importância para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Durante o Governo Lula, houve também a realização das Conferências Nacionais de Esporte (CNEs), a fim de determinar rumos que seriam tomados para a promoção do esporte brasileiro em todas as suas instâncias. Sua primeira edição ocorreu em 2004 e seu objetivo voltava-se para democratizar a elaboração dos Planos Nacionais subsequentes e da Política Nacional de Esporte e Lazer, voltada para a democratização do acesso ao esporte, distanciando-se de setores mais conservadores, não restringindo-se a modalidades esportivas midiáticas como o futebol (CASTELAN, 2011).

Em 2006, ocorre a II Conferência Nacional de Esporte e seu objetivo voltava-se para discutir de maneira aprofundada, refletir de maneira avaliativa e consolidar a implementação da Política Nacional de Esporte tal qual seu acesso e execução. Nessa oportunidade, o conceito de “Lazer” foi modificado nos documentos do Fórum, alterando-se para “Esporte de Lazer” e “Esporte Recreativo”. Segundo Castelan (2011), essa ação reduz o “Lazer” a apenas uma faceta do lazer esportivo ou do esporte recreativo.

Além disso, logo após a II CNE em 2006, cria-se duas leis importantes para o cenário esportivo nacional. A primeira foi a Lei 11.345, em que a Timemania (loteria) destinaria-se ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Segundo Castelan (2011) a loteria possibilitou a regularização das situações dos clubes de futebol profissionais do Brasil, criando-se um mecanismo para times inadimplentes voltarem a receber recursos federais. Na sequência, foi estabelecida a Lei nº 11.438, também conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) que busca promover o desenvolvimento do esporte no Brasil por meio de incentivos fiscais para empresas e pessoas físicas que desejam investir em projetos esportivos, sendo executados portanto, por organizações não governamentais.

Em 2010, houve a terceira e última Conferência Nacional de Esporte no governo Lula. A Conferência se deu para estabelecer ações e metas exequíveis em dez anos a fim de tornar o país entre as dez maiores potências mundiais em diversas modalidades esportivas. O evento focou nos Mega-Eventos que seriam sediados em território nacional e espelhou o protagonismo do Esporte de Alto Rendimento e dos Mega-Eventos na pasta dos esportes nesse período.

Dessa maneira, nota-se a tendência do Governo Lula de priorizar os Grandes Eventos principalmente em seu segundo mandato. As duas primeiras CNEs (2004 e 2006) e a Política Nacional do Esporte (PNE) de 2005 não focaram suas pautas e discussões nos projetos acerca dos grandes eventos. Porém, a III CNE em 2010 apresentou uma virada das principais pautas, apresentado a discussão do “Plano Decenal de Esporte e Lazer” subordinado ao slogan “Por um time chamado Brasil” projetando 10 anos para fomentar 10 pontos principais a fim de tornar o Brasil uma potência esportiva internacional (MASCARENHAS, 2012 p.32).

Logo, pode-se concluir que em seu primeiro mandato, observou-se o início da criação e desenvolvimento de políticas públicas para o acesso ao esporte (PELC e PST, principalmente) a fim de se concretizar uma política que se aproximasse a uma

política de estado em coerência com o segundo inciso do art 217 da Constituição de 1988 com o intuito de se priorizar a manifestação educacional do esporte, e em casos específicos, o esporte de alto rendimento.

Porém, a partir de 2006, a quantidade de verba e proporcionalidade para a pasta dos projetos voltados para os Jogos Pan-Americanos e Para Pan-Americanos obteve um crescimento exponencial - crescimento esse que não foi acompanhado pelo PELC e pelo PST.

Após a realização dos Jogos Para e Pan-Americanos de 2007, observou-se um crescimento equivalente de mais de 8 vezes no investimento para esportes de alto rendimento, crescimento também não acompanhado pelo PELC e PST.

Dessa forma, apesar dos avanços na captação de recursos e na criação de políticas que se aproximassem de uma política de estado para o direito ao acesso ao esporte, é preciso ressaltar a necessidade de ajuste orçamentário para programas afirmativos relacionados a democracia esportiva para que haja uma compatibilidade entre a média de fluxo investido anualmente condizente com a elevada abrangência e importância social de programas como o PELC e PST.

1.4 As prioridades

Além dos projetos realizados, analisaremos as prioridades de investimento (origem e destino) durante o Governo Lula. A base de comparação será a metodologia proposta por Carneiro e Mascarenhas (2018) já mencionada anteriormente, que se baseia em três tipos de financiamento para o esporte (Orçamentário, Extra-Orçamentário e Gastos Tributários). Na sequência, a tabela 2 com dados providos do Transparência no Esporte revelam a proporção da origem do financiamento do esporte entre 2003-2010.

TABELA 2 - Proporcionalidade do uso das fontes de financiamento do esporte entre 2003-2010

ANO	EXTRA - ORÇAMENTO	ORÇAMENTO	GASTOS TRIBUTÁRIOS
2003	32,27%	44,97%	22,76%
2004	39,98%	44,29%	15,73%
2005	40,56%	27,42%	32,02%
2006	28,02%	45,86%	26,12%
2007	12,07%	76,02%	11,91%
2008	35,12%	28,57%	36,30%
2009	43,46%	25,34%	31,20%
2010	29,72%	40,64%	29,64%
MÉDIA	32,65%	41,64%	25,71%

Fonte: Transparência no Esporte. Acessado em 01/03/2024 (Elaboração própria).

Dentre as três principais fontes, nota-se que a Via Orçamentária foi a mais utilizada em cinco dos oito anos de Governo Lula, com uma média de uso de 41,46% por ano. Segundo Salvador (2012) ela é a fonte mais transparente, o que espelha as prioridades das políticas públicas a serem realizadas por um governo. Além disso, o orçamento público é a ferramenta central para a concretização das políticas públicas esportivas (CARNEIRO et al, 2019).

Por seu caráter transparente, na tabela 3 a seguir, estabelecemos a proporção de cada direcionamento a partir de investimentos pela via orçamentária.

TABELA 3 - Proporção do direcionamento de investimentos no esporte pela Via Orçamentária entre 2003-2010

	INFRAESTRUTURA	EAR	EELIS	GRANDES EVENTOS	GESTÃO
2003	73,80%	5,08%	20,72%	0%	1,13%
2004	24,45%	2,85%	29,96%	25,11%	17,63%
2005	5,35%	3,77%	60,79%	5,15%	24,94%
2006	2,22%	5,08%	34,08%	39,26%	16,39%
2007	27,38%	4,08%	11,65%	51,82%	5,08%
2008	4,67%	6,02%	48,09%	14,67%	26,54%
2009	1,83%	11,05%	30,63%	29,42%	27,07%
2010	0,70%	9,60%	16,61%	55,54%	17,55%
MÉDIA	17,55%	5,94%	31,57%	28%	17,04%

Fonte: Transparência no Esporte acessado em 01/05/2024 (Elaboração própria).

A partir da análise da tabela 4, nota-se que a via orçamentária destinou recursos principalmente para EELIS e Grandes Eventos. No início do mandato de Lula, EELIS teve um grande protagonismo no esporte brasileiro, tanto no destinação de recursos orçamentários quanto na criação de programas esportivos voltados para o acesso ao esporte. Porém, a partir de 2006, o protagonismo dividiu-se com a preparação para os Jogos Pan e ParaPan Americanos, aumentando consideravelmente os recursos orçamentários para a área de Grandes Eventos.

Ao somar os percentuais de EAR e grandes eventos, nota-se que EELIS se manteve superior à soma apenas em 4 dos 8 anos de mandato de Lula, expondo uma divisão da verba pública ora voltada para o acesso ao esporte como direito, ora voltada para o esporte espetáculo e/ou de alto rendimento.

Essa oscilação inconstante do montante e da proporção de verba anual para cada destino, além de dificultar o funcionamento e manutenção dos programas existentes, vai na contramão do segundo inciso da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), ressaltando o dever de priorização por meio do orçamento público, a destinação para a promoção do desporto brasileiro e, somente em casos específicos, esse orçamento deve ser destinado para o desporto de alto rendimento.

A segunda via mais utilizada foi a Extraorçamentária, com uma média de uso

de 32,65% ao ano. Boa parte dos investimentos originados dessa fonte voltaram-se para o Alto Rendimento.

Por fim, os gastos tributários apresentaram uma média 25,71% por ano. A predominância foram investimentos na área de EELIS. A Lei de Incentivo ao Esporte, criada em 2006 colaborou para o aumento gradativo de utilização dessa via inclusive para os governos seguintes.

Após a análise do direcionamento da via orçamentária, trabalharemos a seguir a partir da tabela 4, que aponta os destinaamentos e suas proporções de participação pelo orçamento geral, englobando a via orçamentária, a extraorçamentária e os gastos tributários.

TABELA 4 - Proporção do direcionamento de investimentos pelo financiamento esportivo total entre 2003-2010

ANO	INFRAESTRUTURA	EAR	EELIS	GRANDES EVENTOS	GESTAO
	%	%	%	%	%
2003	32,86%	37,85%	28,78%	0%	0,51%
2004	10,83%	31,26%	33,22%	11,12%	13,57%
2005	1,47%	30,88%	54,33%	1,41%	11,91%
2006	3,70%	20,44%	44,75%	19,23%	11,88%
2007	20,81%	14,28%	19,69%	39,69%	5,53%
2008	1,33%	35,94%	46,24%	4,19%	12,29%
2009	0,46%	44,78%	35,82%	7,67%	11,27%
2010	0,28%	36,97%	29,14%	22,57%	11,04%
MÉDIA GERAL	8,97%	31,55%	36,50%	13%	9,75%

Fonte: Transparência no Esporte < acessado em 01/05/2024 (Elaboração própria).

Valores em milhões não deflacionados

A partir da análise do orçamento geral, ou seja, o que tange as três vias orçamentárias, nota-se os principais destinaamentos de recursos no esporte brasileiro.

Inicialmente, EELIS correspondeu à maior média de gasto durante os dois mandatos de Lula. Carneiro (2023) justifica essa prioridade por conta da relação direta com os discursos do governo Lula 1 e o ME, junto a criação de programas como o Programa Segundo Tempo (PST) e Programa Esporte, Lazer e Cidade (PELC). Porém, ambos os programas e EELIS como um todo dividiram o protagonismo das ações

governamentais com EAR e grandes eventos principalmente a partir de 2006. EAR se viu fortemente fomentado pela ala conservadora do Ministério com a construção de novos mecanismos (CARNEIRO, 2018) a fim de elevar o patamar técnico e de rendimento dos esportistas brasileiros para grandes eventos a serem sediados no Brasil. Dessa forma, grandes eventos passam a ter uma maior relevância na política esportiva a partir de 2006, onde observa-se uma inflexão de prioridade para o sediamiento de eventos como os Jogos Pan e para Pan Americanos e futuramente, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016 (ATHAYDE, 2011).

Seu alto volume de recursos e a grande atenção dada pelo ME refletem a política neodesenvolvimentista de Lula a fim de alavancar a cadeia produtiva do esporte e mobilizar investimentos governamentais impactando diretamente ou indiretamente diversos setores da economia (MASCARENHAS, 2016, p. 963). Além disso, o Brasil como sede dos jogos Pan e Para Pan Americanos serviria como teste e preparação para a candidatura do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, associando-se ao atendimento de interesses políticos e econômicos do país no cenário mundial. Segundo Mascarenhas (2016), a proposta estava “articulada a um projeto mais geral de desenvolvimento nacional, matizado pelo reposicionamento do país na geopolítica mundial e recuperação do papel do Estado.”

Destaca-se também o investimento em Infraestrutura, baseado sobretudo no capital orçamentário via emendas parlamentares, possuindo assim um caráter clientelista que espelha a grande articulação de Lula no Congresso Nacional durante o período (MASCARENHAS, 2016). Castro, Scarpin e Mezzadri (2020) apontam que, de 2004 a 2015, 84% dos investimentos em infraestrutura foram originados de emendas parlamentares.

Por fim, Gestão não obteve grande protagonismo dentro do ME quando comparada com os outros destinamentos. Segundo Carneiro e Mascarenhas (2018), a pasta voltou-se à manutenção das atividades, publicidade e gasto de pessoal do ME, das entidades de administração esportiva e das atividades esportivas das estatais.

Conclui-se que a política esportiva de Lula representou grandes avanços na elaboração de programas e políticas esportivas no país. A criação de um ministério para

o esporte possibilitou uma estrutura de captação de recursos mais eficiente, elevando o patamar da área dentro das decisões políticas do Estado. Nesse período, observou-se uma primazia do uso de verba pública para a concretização das políticas esportivas, o que tornou suas ações afirmativas mais transparentes. Ademais, em seu início de governo observou-se grandes avanços nas elaborações de políticas públicas voltadas para a garantia do esporte como direito social a pessoas civis e em vulnerabilidade social, por meio de programas que atingiram milhões de cidadãos, como o PELC e o PST. Além das ações voltadas para a população, seu governo também focou seus esforços no desenvolvimento do esporte de alto rendimento nacional, com a criação do Bolsa-Atleta e a elaboração da LIE.

Contudo, em 2006, observa-se uma inflexão das prioridades de seu governo. Em 2007, o Brasil sediaria os Jogos Pan Americanos e seria nomeado em 2007 como país sede da Copa do Mundo de 2014 e em 2009 como país sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

O alto número de grandes eventos que aconteceriam em território nacional mudou o rumo das políticas públicas para o esporte não apenas durante seu governo, mas refletindo também na política esportiva de sua sucessora, Dilma Rouseff.

Portanto, ressalta-se os grandes avanços no tratamento do esporte como direito. Porém, o protagonismo do perfil democrático do esporte foi dividido com o esporte de alto rendimento e os Grandes Eventos alinhados principalmente a burguesia nacional. Essa conduta refletiu ao mesmo tempo uma faceta progressista de Lula, porém ainda alinhada a interesses neoliberais, seguindo sua política neodesenvolvimentista.

CAPÍTULO 2 – O GOVERNO BOLSONARO

2.1 - Contexto

Jair Messias Bolsonaro nasceu no dia 21/03/1955 registrado como natural da cidade de Campinas-SP. Na década de 1970, Bolsonaro prestou concurso para ser aprovado na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Aprovado, formou-se em 1977. Em 1988, iniciou sua carreira política, sendo eleito como vereador da cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC), representando sobretudo a classe militar. Conservador, sua ascensão foi rápida, e após dois anos como vereador, lançou-se candidato para ser Deputado Federal também pelo PDC. Em 1991, já ocupava espaço na Câmara dos Deputados em Brasília.

Durante sua carreira na esfera federal – entre 1991 e 2018 - Bolsonaro transitou entre diversos partidos e conseguiu aprovar apenas dois projetos de lei e uma emenda. Um deles, uma PEC que prevê emissão de recibos junto ao voto nas urnas eletrônicas, repaginando a antiga prática de “Voto de Cabresto”. Além dessa, Bolsonaro realizou uma proposta que estende o benefício de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens de informática e outra que autoriza o uso da fosfoetanolamina, substância que ficou conhecida no Brasil como “pílula do câncer”, mas que, posteriormente, testes demonstraram não ter qualquer efeito contra a doença.

Mesmo com pouca relevância dentro da Câmara, Bolsonaro viu aumentar muito sua popularidade. Presença constante em programas de televisão, o então Deputado provocava expressões de surpresa e perplexidade ao reproduzir discursos carregados dos mais diversos tipos de preconceitos, fato que não o impediu – muito pelo contrário, o ajudou - de se tornar ainda mais popular e apoiado. Tamanho apoio lhe rendeu mais de 20 anos de mandato na Câmara dos Deputados e o título de Deputado Federal mais votado de 2014.

Com sua popularidade alavancada por seu caráter midiático e o crescimento do antipetismo na sociedade, era evidente a tendência do deputado lançar-se candidato à Presidência da República em 2018. Bolsonaro se candidatou pelo Partido Social Liberal

(PSL), defendendo pautas da direita liberal e da direita conservadora, como a legalização do porte de arma, enxugamento do Estado e a privatização de estatais.

Isolado nas intenções de voto entre os candidatos de direita, somado a diminuição da popularidade do Partido dos Trabalhadores (PT) e a inelegibilidade e prisão do ex-presidente Lula, Bolsonaro tornou-se Presidente no ano de 2018, superando o então candidato Fernando Haddad (PT). Em seu discurso de posse, ele citou a necessidade de se combater a ideologia de gênero, libertar o Brasil do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto (PAÍS, 2019).

2.2 A extinção do Ministério do Esporte e seus Secretários Especiais

Eleito, uma de suas primeiras promessas foi a diminuição do número de ministérios em Brasília, fazendo jus a citação do suposto gigantismo estatal em seu discurso de posse. Dessa forma, ele extinguiu o Ministério do Trabalho, o Ministério da Cultura, o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério do Esporte, esse agora rebaixado a apenas uma Secretaria (Secretaria Especial de Esporte) que seria incorporada ao Ministério da Cidadania juntamente com o Ministério da Cultura e o Ministério do Desenvolvimento Social (TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR, 2019). Essa ação ocasionou a demissão de 2/3 dos profissionais atuantes no então Ministério.

Montoro (2014; 2018) contudo, pontua a relação da suposta necessidade de ajustes estruturais e fiscais com a destruição econômica, a regressão social e o questionamento da democracia.

Além da diminuição do número de ministérios, outro fator que impactou a relação do governo com o esporte foi a militarização da política brasileira. Segundo o jornal O Globo (2020), o Tribunal de contas da União (TCU) identificou 6157 oficiais ocupando cargos comissionados em funções civis em 2020 - dobrando em números a quantidade dos mesmos em 2016. Dos 22 ministérios que passariam a compor seu governo, sete deles seriam comandados por militares ou ex militares, além de estatais como a Petrobras e Itaipú (KOZICK, 2020).

Na Secretaria de Esportes observou-se o mesmo fenômeno. O primeiro a comandar a pasta foi o general Marco Aurélio Costa Vieira. Ele foi exonerado após 107 dias no cargo, em abril de 2019. Quem assumiu a pasta nesta oportunidade foi o também general Décio Brasil em 29 de abril de 2019. Em menos de um ano, o militar também foi exonerado. Segundo o General em entrevista:

“Acho que o principal motivo foi o fato de eu ter sido reticente na nomeação do Marcelo Magalhães para o escritório do Rio. Talvez isso tenha desagradado o presidente, porque a minha exoneração já foi junto com a nomeação dele para o meu lugar” (FATO, p.1, 2020)

Dessa forma, Marcelo Magalhães foi nomeado como novo Secretário Especial da Secretaria de Esporte. O novo Secretário não possuía formação militar e nem formação acadêmica na área da Educação Física. Formado em jornalismo, ele foi padrinho de casamento do filho do presidente, Flávio Bolsonaro, que o indicou para o cargo em que ficou até Dezembro de 2022, evidenciando uma indicação de cunho pessoal e o rebustecimento da ala ideológica do presidente no esporte (GUIRRA et al, 2021).

A gestão da Secretaria, dessa forma, além de ter tido outras desonerações internas pela desestruturação do ME, contou com três chefes de pasta em quatro anos de mandato e também foi terreno de disputas entre a ala ideológica e a ala militar do governo (GUIRRA et al, 2021). Esse comportamento a frente de um órgão federal não foi exclusividade da área de esportes. O governo Bolsonaro ficou marcado por constantes instabilidades políticas internas e externas durante todo seu mandato. Ministérios como o da Educação, o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde também sofreram com sua crise política, com desonerações, desorganização e indicações que assemelhavam-se mais a alinhamentos pessoais, ideológicos e políticos do que necessariamente questões técnicas.

2.3 A criação de programas

Como visto anteriormente no Governo Lula, a criação de projetos e

programas possibilitou um amadurecimento da estrutura esportiva brasileira, beneficiando pessoas civis e atletas de alto rendimento, com ações que se aproximavam a uma política de Estado, não só de governo. Para além dos impactos gerais dos programas, a transparência da exposição de valores e ações do governo no período possibilitaram a realização de diversos estudos acerca do financiamento do esporte nacional, como os de Athayde, Mascarenhas e Salvador (2013), Carneio e Mascarenhas (2018), entre outros.

Tal transparência de dados e ações não foi vista de maneira equivalente durante o Governo Bolsonaro. Diversos autores relatam a dificuldade de obter informações detalhadas acerca de orçamentos, investimentos e criação de políticas públicas no esporte durante os anos de 2019-2022. Segundo Castellani Filho (2019), o fim do Ministério do Esporte excluiu a possibilidade, já fragilizada, de a política esportiva assumir o status de uma política de Estado.

Agora como Secretaria Especial do Esporte, a estrutura federal representativa do esporte brasileiro seria estruturada em quatro subdivisões. A Secretaria responsável pelo esporte profissional foi a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) que executa ações para fortalecer o esporte competitivo e dar suporte aos atletas nacionais. Por outro lado, a secretaria encarregada de se promover o esporte como direito foi a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) voltada para ampliar e qualificar o acesso ao esporte para todos os cidadãos atendendo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, com ênfase na população de regiões com alta vulnerabilidade social. Remanescente do Governo Dilma, estabeleceu-se também a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDT) voltada para fortalecer o futebol como instrumento fundamental de cidadania, inclusão social e de fortalecimento da identidade nacional (MINISTERIO DO ESPORTE, 2024).

Por fim, enfatiza-se a criação da Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR). O Brasil destaca-se internacionalmente na área de esportes adaptados tanto em sua produção científica quanto por seus resultados em competições - o que surpreende tamanho atraso o esporte adaptado possuir uma secretaria exclusiva

apenas em 2020. Todas as outras secretarias existentes nesse período, com exceção da SNPAR, são remanescentes de gestões anteriores.

Determinadas as Secretarias Nacionais, trataremos da criação de programas esportivos durante o período. Para tal busca, realizou-se a análise individual de todos os programas existentes atualmente no ME a fim de determinar seus anos de criação. Além disso, realizou-se um pedido de acesso à informação ao ME pela ferramenta de transparência “Fala Br” acerca das políticas públicas criadas durante o período entre 2019 e 2022, originando boa parte dos dados recolhidos.

A SFNDT apontou a criação do “Programa Academia e Futebol” criado em 2019. Ele busca fomentar a vivência, a produção, a difusão de conhecimentos e formação continuada de profissionais relacionados ao futebol e suas derivações. Ademais, cita-se a criação do Programa Integra Brasil que visa sensibilizar, promover e enfrentar violações de direitos humanos, ampliar o acesso e o alcance da prática esportiva no país e prevenir o uso de álcool e outras drogas nos diversos espaços e ambientes esportivos.

A SNEAD apontou a criação do “Programa Núcleo de Esporte de Base para o Alto Rendimento” (NEBAR). Porém, sua instituição foi firmada pela portaria MC Nº853 no dia 30 de Dezembro de 2022, um dia antes do fim do mandato do Presidente Bolsonaro. Os demais programas desenvolvidos por esta SNEAD foram criados em período anterior à 2019.

A SNEALIS indicou o Projeto Sinais, lançado em 2019, que tem por objetivo, proporcionar acesso ao esporte, lazer, à cultura e à cidadania para crianças, a partir de 06 (seis) anos de idade, adolescentes, jovens e adultos, que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Ademais, também focados no acesso ao esporte, houve a criação dos Programas “VEM SER!” e “Meu Melhor”. Além desses, pode-se citar também o “Programa CEM” que visa oportunizar o acesso de adolescentes à competições esportivas educacionais nos seus municípios. Esses três programas foram criados no fim

do Governo Bolsonaro em 2022.

Houve também a criação do Auxílio Esporte Escolar em Novembro de 2021. O Auxílio beneficiava integrantes de famílias que recebiam os benefícios do Programa Auxílio Brasil (repaginação do Bolsa Família) que se destacavam em competições oficiais do sistema de jogos escolares brasileiros, com o pagamento de uma parcela única de R\$1000 por família e outras 12 parcelas mensais no valor de R\$100 por atleta beneficiado. O programa foi extinto em 2023 com a reinstituição do Bolsa-Família.

Já a SNPAP informou que políticas públicas foram formuladas, mas não haviam núcleos instalados para aplicá-los na prática.

Apesar da exposição dos programas criados, não houve o detalhamento de investimentos e sua magnitude que torna a análise superficial e incapaz de aprofundar-se e caracterizar uma política esportiva para o período. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de realização de novos estudos que possam detalhar o comportamento orçamentário dos programas criados nesse período.

Por fim, boa parte estrutural das políticas públicas anteriormente criadas para o esporte se mantiveram. Segundo Athayde, Araújo e Pereira Filho (2021, p.121)

As ações da Secretaria Nacional de Esporte de Rendimento (SNEAR), além dos programas Segundo Tempo (PST), Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Seleções do Futuro são remanescentes de gestões anteriores.

Portanto, observa-se durante o Governo Bolsonaro a criação de novos programas esportivos. Entretanto, tal elaboração evidencia um grande descaso para com a pasta, já que tais programas foram pouco abrangentes, ou repaginações de programas anteriores ou foram realizados próximos ao fim de 2022 (fim de seu mandato). Ademais, não há uma exposição transparente dos programas que propiciem uma análise longitudinal e mais detalhada de seus gastos.

Entre as ações mais relevantes da Secretaria Especial de Esporte, temos a

criação da Secretaria Nacional de Paradesporto. Porém, seu funcionamento ainda principiava com apenas planejamentos teóricos e a ainda ausência de núcleos de aplicações práticas. Entre os programas, destaca-se o “Auxílio Esporte Escolar” que esteve atrelado ao programa “Auxílio Brasil”, uma repaginação do Bolsa-Família que foi reinstituído em 2023. Além desse programa, temos a criação do programa “Sinais”, porém com um objetivo um tanto padronizado que visa o “acesso ao esporte”, contendo poucas informações acerca de seu funcionamento.

Com a pasta ausente de qualquer protagonismo, não observou-se grandes inovações para o desenvolvimento do esporte nacional a ser acessado como direito, nem voltado para o esporte de alto rendimento. A criação tardia de programas, assim como a ausência de transparência dificultam uma análise mais aprofundada para o período.

2.4 As prioridades

Assim como realizado em relação ao governo Lula, daremos início a análise crítica das vias de investimento no Esporte do governo Bolsonaro, sendo elas: Orçamentária, Extra-Orçamentária e Gastos Tributários. Na tabela 5 são apontadas as proporções de uso de cada umas delas durante o Governo Bolsonaro (2019-2022):

TABELA 5 - Proporção de uso de vias de investimento no governo Bolsonaro (2019-2022) para o esporte:

ANO	ORÇAMENTO	EXTRAORÇAMENTO	GASTOS TRIBUTÁRIOS
2019	9,76%	46,53%	43,71%
2020	6,93%	46,85%	46,22%
2021	13,24%	45,57%	41,18%
2022	12,97%	43,73%	43,29%
MÉDIA	10,73%	45,67%	43,60%

Fonte: Transparência no Esporte < acessado em 01/05/2024 (Elaboração própria).

A partir dos dados divulgados pelo site “Transparência no Esporte” da UNB e expostos na tabela 6, observa-se novamente a tendência de comportamento do governo Bolsonaro: a diminuição da participação estatal.

Essa conduta é diretamente sentida ao analisar a constante queda de uso do orçamento vindo da união para investimento no esporte brasileiro. Em termos proporcionais, Bolsonaro foi o presidente que menos utilizou (em média) o orçamento público para o esporte.

Ao tratar os direcionamentos de investimentos, a tabela 6 expõe a proporção de cada um deles a partir da via orçamentária.

TABELA 6 - Proporção da fonte orçamentaria nos direcionamentos de gastos durante o governo Bolsonaro (2019-2022)

ANO	EAR	EELIS	GESTÃO	INFRAESTRUTURA
2019	53,47%	11,61%	4,91%	30,01%
2020	50,97%	23,67%	1,06%	24,29%
2021	41,55%	44,37%	0,00%	14,08%
2022	33,59%	49,16%	0,00%	17,25%
MÉDIA	44,90%	32,20%	1,49%	21,41%

Fonte: Transparência no Esporte < acessado em 01/05/2024 (Elaboração própria).

O direcionamento que menos utilizou a fonte orçamentária foi Gestão. Por mais que 100% do orçamento para gestão fosse provinda dessa fonte, a extinção do Ministério do Esporte impactou diretamente a magnitude dos gastos para a área, possuindo menos profissionais em seu serviço e chegando a zerar seu orçamento em 2021 e 2022.

Em seguida, Infraestrutura foi o terceiro direcionamento que mais utilizou essa via. Assim como gestão, ela utilizou 100% de seu capital provindo da fonte orçamentária. Porém, sua média de uso foi inferior a EAR e EELIS, que veremos a seguir.

EELIS obteve uma média de uso de 32,20% por ano, sendo o segundo destino que mais utilizou a via. Neste caso, a via mais utilizada para esse direcionamento foram os gastos tributários.

Diferentemente de governos anteriores, o principal destino da fonte orçamentária no Governo Bolsonaro foi EAR, que pela primeira vez foi a prioridade do capital público. Por mais que o governo federal subsidie o esporte de alto rendimento, Almeida e Marchi Júnior (2010, p. 74) apontam que:

a destinação de recursos públicos para essa manifestação deve ser somente "em casos específicos" conforme a Constituição Federal de 1988 prescreve no segundo inciso, em que no fomento de práticas esportivas formais e não formais pelo Estado deve ser observada "[...] a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento (BRASIL, 1988).

Apesar de nos dois últimos anos de seu mandato EELIS ter tido uma maior proporção de investimento do que EAR, seus dois primeiros anos seguiram caminho contrário. Isso resultou uma média de proporção de investimento em EAR maior que EELIS ao longo de seu mandato.

Tal fenômeno evidencia uma grande falha da política de Bolsonaro quando enfatizamos o período pandêmico vivido entre 2020 e 2022. Nesse momento, observava-se uma grande tendência de aumento de investimento na área educacional em diversos países. Porém, o mesmo não foi observado no Brasil, seguindo caminho contrário a tendência em investimentos no setor por meio do orçamento público (G1, 2021). Se compreendermos EELIS como o destinamento relacionado com o esporte educacional e o momento vivido como determinante para a ação estatal como protagonista no direcionamento de medidas destinadas a assegurar a minimização de riscos (GIBRAN et al, 2020) e impactos sociais em meio a uma crise sanitária, as ações do governo Bolsonaro se mostraram como opostas ao que seria ideal.

Ao retornar o tópico das três vias, a segunda via mais utilizada foram os gastos tributários. Segundo Athayde, Araújo e Pereira Filho (2021), essa conduta reforça uma desresponsabilização do estado em seu dever de garantir o acesso ao esporte, uma vez que o financiamento indireto tende a ser capturado por interesses comerciais destinados ao setor esportivo de alto rendimento (MATIAS, 2015). Sua média de proporção de uso foi superior a todos os mandatos anteriores.

A via mais utilizada de seu governo foi a Extra-Orçamentária em sua grande maioria utilizada para os Esportes de Alto Rendimento - principal destino de investimento durante o governo que veremos a seguir. Segundo Carneiro e Mascarenhas (2018), tal via, entre 2004 e 2015, correspondia a 23,31% do recursos totais no esporte. Observa-se então uma inflexão de primazia uso da origem, que passou a ser mais utilizada no início do Governo Temer (2016-2018). Em 2017 ela correspondeu a 51,69% do total investido no esporte, e em 2018 a 37,29% do investimento geral, ambos acima da média de 23,31% vista nos governos anteriores (TRANSPARÊNCIA NO ESPORTE, 2023). Por não transitar pelo orçamento federal, sua transparência é comprometida e alinha-se a redução de gastos estatais proposto pela lógica neoliberal de Bolsonaro.

A respeito da direção dos gastos, é necessário ressaltar o contexto vivenciado durante o Governo Bolsonaro. Ao seguir a proposta de análise da direção dos gastos proposta por Carneiro e Mascarenhas (2018) - que apontava cinco possibilidades – é possível notar que tal direcionamento acabou sofrendo algumas alterações.

TABELA 7 - Proporção do direcionamento de gastos entre 2019-2022 considerando o financiamento total do esporte

ANO	EELIS	EAR	INFRAESTRUTURA	GESTÃO
2019	29,87%	56,72%	2,93%	0,48%
2020	47,77%	50,47%	1,68%	0,07%
2021	44,91%	53,22%	1,86%	0%
2022	46,92%	50,84%	2,24%	0%
MÉDIA	42,37%	52,81%	2,18%	0,14%

Fonte: Transparência no Esporte < acessado em 01/05/2024 (Elaboração própria).

Durante esse período, não houve no Brasil eventos de grande porte. Dessa forma, não houve investimento para essa área - Grandes Eventos - após 2016. Além disso, com o fim do Ministério do Esporte, os gastos destinados à gestão foram drasticamente reduzidos. Em 2021 e 2022, o orçamento para essa área esteve zerada.

Diferentemente dos outros governos, os direcionamentos relevantes resumiram-se em três: Infraestrutura, EELIS e EAR.

Infraestrutura obteve uma média de utilização de 2,18% ao ano. Essa pequena parcela de destinação se dá principalmente por conta da diminuição do uso do orçamento público observado anteriormente, que era a única via utilizada para o investimento em infraestrutura, segundo a Transparência no Esporte (2023). Historicamente, Infraestrutura esportiva tem sido fomentada principalmente por emendas parlamentares. Essa prática, além de direcionar recursos do governo para projetos locais, reforçando também seu caráter clientelista (TEIXEIRA et. al, 2018).

Contudo, apesar do grande uso de emendas parlamentares durante o governo Bolsonaro, não se observou aumento proporcional nos investimentos em infraestrutura esportiva relatados. Esse fenômeno se dá pela relação direta da ausência de transparência do Governo Bolsonaro por conta do que foi chamado de “Orçamento Secreto”. Criado em 2020, o esquema bilionário em emendas para conseguir apoio do "Centrão" no Congresso Nacional atropelou as leis orçamentárias, pois seriam os ministros e não os congressistas que deveriam definir onde aplicar os recursos. Ademais, os acordos e o direcionamento do dinheiro não se tornaram públicos, assim como a distribuição que não havia sido igualitária entre os congressistas, evidenciando um interesse eleitoral do governo.

Somado a política reducionista de Bolsonaro e sua falta de transparência, a Infraestrutura esportiva nacional teve o papel de menor protagonismo no direcionamento de gastos.

Em seguida, o segundo direcionamento com maior proporção de gastos foi EELIS com uma média anual de 42,37%. Gastos tributários - a segunda via mais utilizada no período – foi sua principal fonte de recursos. Durante toda sua presidência, EELIS obteve uma proporção de investimentos gerais menor do que EAR, sua prioridade. Por fim, a prioridade principal de Bolsonaro foi o esporte de alto rendimento, com uma média anual de 52,81%. O extra-orçamento foi a via mais utilizada para investimento nessa

área.

Novamente, ressalta-se o desacordo da política esportiva de Bolsonaro para com o segundo inciso do art 217 da Constituição Federal de 1988. Se compreendermos EELIS como uma categoria que se relaciona às políticas desenvolvidas para que o esporte seja acessado como direito, em projetos sociais, na escola e no lazer, Bolsonaro não esteve alinhado às exigências da Constituição.

Dessa forma, o Governo Bolsonaro priorizou uma política esportiva voltada para o mercado e o esporte espetáculo em detrimento das políticas sociais voltadas para sua própria população durante todo seu governo. Athayde, Araújo e Pereira Filho (2021) apontam para uma desresponsabilização do estado a partir dessa conduta, caracterizada pela transferência de responsabilidade de fomentar o acesso ao esporte como direito para entidades da esfera privada.

É possível realizar essa afirmação ao analisar as principais fontes de financiamento utilizadas, Extraorçamento e gastos tributários, que tendem a ser capturadas por interesses comerciais relacionados ao setor esportivo (ATHAYDE; ARAUJO; PEREIRAFILHO, 2021). Ademais o incentivo ao esporte de alto rendimento somado a ausência de criação ou aprimoramento de políticas públicas efetivas e abrangentes para EELIS apenas reforçam o afastamento da garantia do direito ao esporte em um momento pandêmico em que as preocupações sociais deveriam ser ainda mais estimuladas.

CAPÍTULO 3: COMPARAÇÃO ENTRE AS PRIORIDADES DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS DE LULA (2003-2010) E BOLSONARO (2019-2022)

Como afirmado no início desse trabalho, esse capítulo comparará os dados apresentados em cada governo.

Nosso primeiro elemento analisado foi o contexto de cada período governamental. Lula assumiu a presidência do país com enormes expectativas acerca de se estabelecer uma política que representasse fielmente a classe trabalhadora após anos de governo da direita brasileira (MATIAS, 2013).

Em seu primeiro ano de mandato, Lula criou o Ministério do Esporte que foi liderado por Agnelo Queiroz (PCdoB), médico e deputado Federal pelo PCdoB. Sem formação na área de esportes, sua indicação se baseou em um jogo político interno a fim de alocar seu partido na chefia de um Ministério. Em seguida, Orlando Silva, também pertencente ao PCdoB, passou a chefiar o ME em 2006, onde permaneceu até 2011. Silva também não possuía formação na área.

Dessa forma, em oito anos, o governo Lula possuiu dois ministros no Ministério do Esporte, refletindo uma relativa estabilidade em sua gestão. Suas indicações para chefia do Ministério faziam parte de uma aliança política.

Bolsonaro por sua vez, assumia a presidência no início de 2019 após governo de Michel Temer (2016-2018). Embalado pelo antipetismo com sua influência midiática, Bolsonaro surgia como uma “alternativa necessária” à ala direitista, carregando consigo ideais que iam desde a hipervalorização das forças armadas até o enxugamento da máquina estatal. Ao seguir essa lógica, Bolsonaro extinguiu o Ministério do Esporte após 16 anos de existência, rebaixando-o a uma Secretaria (Secretaria Especial do Esporte) subordinada ao Ministério da Cidadania.

A gestão dentro da Secretaria foi conturbada. Nos dois primeiros anos de mandato, a gestão foi comandada por três secretários especiais diferentes. Os dois

primeiros estavam alinhados a uma prática comum do governo Bolsonaro: a nomeação de militares a cargos públicos, sendo eles o General Marco Aurélio Vieira e Décio Brasil, ambos formados em Educação Física pela Escola de Educação Física do Exército, refletindo o processo de militarização da política durante o governo Bolsonaro. Além disso, ambos viriam a ser exonerados pouco tempo após suas nomeações. O Secretário Especial do Esporte mais longo foi Marcelo Magalhães, assumindo a pasta em 2020 e permanecendo até os últimos meses do Governo Bolsonaro. Magalhães, ao contrário de seus antecessores, não possui formação na área, sendo graduado em Jornalismo. Ademais, ele também é amigo de infância de Flávio Bolsonaro de quem também foi padrinho de casamento. Logo, a Secretaria seria terreno de conflitos internos entre a ala ideológica e a ala militar do próprio governo Bolsonaro.

Dessa forma, ambos os governos viram no esporte uma possibilidade de alocação de aliados: No caso de Lula com o PCdoB e Bolsonaro com militares e a pessoas íntimas a sua família. Porém, o governo de Lula apresentou mais estabilidade no Ministério, possuindo apenas dois Ministros em oito anos de governo, enquanto que na metade do tempo, o governo Bolsonaro possuiu três Secretários Gerais, sendo dois exonerados por conflitos internos. Essa instabilidade não foi vista apenas no esporte, mas em diversos ministérios, como o Ministério da Justiça com a renúncia de Sergio Moro (um de seus maiores aliados), e Saúde, com a demissão de Mandetta e o pedido de demissão de Nelson Teich.

3.1 Criação de Programas

A estrutura e os programas mais abrangentes do esporte nacional foram criados no Governo Lula. Entre suas principais ações para o acesso ao esporte, destaca-se a criação do PELC e do PST, que impactou positivamente milhões de cidadãos e permanecem em atividade até os dias de hoje. Da mesma forma, destinado ao esporte de alto rendimento, destaca-se a criação do Bolsa-A atleta, que possibilitou a até então inédita remuneração (provinda de verba pública) de atletas. Além disso, a criação da Lei de Incentivo ao Esporte também abriu portas para mais investimentos no cenário

esportivo do país.

A base de todas essas mudanças estão condicionadas a uma criação específica: O Ministério do Esporte, que elevou o patamar do esporte nacional na busca por recursos, no amadurecimento das políticas sociais esportivas na garantia do esporte como direito e o desenvolvimento do esporte de alto rendimento.

Apesar de controvérsias quanto à distribuição e orçamentos incompatíveis, a estrutura dessas políticas se caracterizam como uma tentativa de aproximação de uma política de Estado, fundamental para o desenvolvimento de um projeto nacional de esportes. Ressalta-se tal feito quando o comparamos com as ações do governo Bolsonaro no esporte. Em seu governo, há uma total ausência de uma perspectiva de se desenvolver o esporte nacional - tanto pela parte social como na área de esporte de rendimento. Pelo contrário: destaca-se o fim do Ministério do Esporte, a diminuição do status e relevância do esporte no cenário político nacional, as desonerações em larga escala dentro da Secretaria e a carência de política esportiva abrangente e transparente. Entre suas principais ações na Secretaria Especial de Esportes, apontamos a criação dos programas: “Sinais” e “Auxílio Esporte Escolar” que não apresentam valores em investimento e abrangência. Além disso, houve também a criação da inédita Secretaria Nacional de Paradesporto, que apesar de elevar o patamar do esporte adaptado de alto rendimento no Brasil, não instalou núcleos para a realização de suas atividades práticas.

Logo, durante o governo Bolsonaro nota-se o rebaixamento do status do esporte nacional, representado pelo fim do Ministério do Esporte e a pouca ou quase nenhuma presença de políticas públicas efetivas, transparentes e abrangentes para o acesso ao esporte como direito.

Lula por outro lado alavancou o status do esporte nacional com a criação de programas extremamente abrangentes e importantes para o acesso ao esporte como direito, como PELC e PST que, apesar do fluxo orçamentário inconstante e desigualdades regionais em sua distribuição, colaboraram para um grande avanço nas políticas públicas para o acesso ao esporte no país.

3.2 Comparação entre fontes de investimento de cada governo

Ao observarmos a utilização das vias de financiamento predominantes no governo Lula, temos a via orçamentária como a mais utilizada, seguida pela via Extra-Orçamentária e por fim, os gastos tributários.

O compromisso assumido pelo país de criar um Ministério do Esporte também o deixou responsável por criar uma estrutura de desenvolvimento esportivo que representou o início de um investimento mais direcionado e aprofundado para o esporte nacional. A utilização de emendas parlamentares também foi determinante para a utilização predominante dessa via. Além disso, durante seu mandato, a Lei de Incentivo ao Esporte estava sendo criada, e por consequência, sendo amadurecida, o que possibilitaria em alguns anos, um maior uso dos gastos tributários como fonte de financiamento do esporte nacional.

Sua criação teve consequências nos governos seguintes. O extraorçamento e os gastos tributários passaram a ter cada vez mais relevância dentro do orçamento geral para o esporte. Essa tendência foi observada nos Governos Temer e principalmente, durante o governo Bolsonaro como pode-se observar na tabela 8:

TABELA 8 - Proporção de uso das vias de financiamento de Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022)

GOVERNO LULA (2003-2010)	FONTE	ORÇAMENTO	EXTRAORÇAMENTO	GASTOS TRIBUTÁRIOS
	MÉDIA	41,64%	32,65%	25,71%
GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)	FONTE	ORÇAMENTO	EXTRAORÇAMENTO	GASTOS TRIBUTÁRIOS
	MÉDIA	10,73%	45,67%	43,60%

Fonte: Transparência no Esporte < acessado em 01/04/2024 (Elaboração própria).

A partir da tabela 8, nota-se a tendência de queda da utilização da via orçamentária, chegando a menor proporção de uso desde a criação do ME durante o governo Bolsonaro (2019-2022).

Em contraponto, houve o aumento da utilização das vias extraorçamentárias e indiretas. Essa mudança de prioridade do uso das fontes de investimento refletem a

intenção do Governo Bolsonaro de diminuir a atuação do Estado. As políticas públicas esportivas são concretizadas tendo por base o fundo público (TEIXEIRA et. al., 2018) e, ao recorrer à utilização de fontes que não transitam pelo orçamento federal, a política esportiva nacional volta-se as prioridades do setor privado, que expõe conflitos constantes no asseguramento do acesso ao esporte como direito, uma vez que há uma desigualdade de abrangência de programas a depender de fatores regionais, ambientais, rentáveis, priorizando sobretudo a região sudestina (MATIAS et al, 2015).

Em conclusão, enquanto Lula priorizou investimentos providos da fonte orçamentária a fim de concretizar políticas de acesso ao esporte em um período de criação de uma estrutura de financiamento do esporte brasileiro, Bolsonaro priorizou a fonte extra orçamentária e os gastos tributários mesmo em período pandêmico com a necessidade de políticas públicas efetivas a partir do investimento orçamentário. Isso representou um distanciamento da concretização de políticas públicas que priorizassem as demandas sociais, favorecendo prioridades ditadas pela iniciativa privada e colaborando para a desresponsabilização do Estado (ATHAYDE;ARAÚJO;PEREIRA FILHO, 2021) no dever de garantir o acesso ao esporte.

3.3 Prioridade de destinos de recursos de cada governo

A seguir, encontra-se a tabela 9, que compara a proporção de investimento realizado para cada direcionamento de gasto para o esporte brasileiro entre os Governos Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022).

TABELA 9 - Proporção do direcionamento de gastos orçamentários e financiamento total para o esporte nos governos Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022)

GOVERNO	MÉDIA	EAR	EELIS	GESTÃO	INFRAESTRUTURA	GRANDES EVENTOS
GOVERNO LULA	MÉDIA DO INVESTIMENTO ESPORTIVO TOTAL	31,55%	36,50%	9,75%	2,18%	13,24%
	MÉDIA DO INVESTIMENTO PÚBLICO	5,58%	31,57%	17,04%	21,41%	27,87%
GOVERNO BOLSONARO	MÉDIA DO INVESTIMENTO ESPORTIVO TOTAL	52,81%	42,37%	2,18%	8,97%	0%
	MÉDIA DO INVESTIMENTO PÚBLICO	44,90%	32,20%	1,49%	18,19%	0%

Fonte: Transparência no Esporte < acessado em 01/05/2024 (Elaboração própria).

Além dos gastos gerais, procuramos analisar a proporção de investimentos provindos da fonte orçamentária, visto ser a mais transparente (SALVADOR, 2012) e a expositora principal das prioridades dentro de um governo.

Logo, ao tratarmos da via orçamentária, analisamos que Lula priorizou em grande proximidade de igualdade EELIS (31,57%) e Grandes Eventos (27,87%), enquanto Bolsonaro destinou boa parte da via para investimentos em EAR (44,9%) e EELIS (32,2%). A proporção identificada no governo Lula escancara uma dualidade de sua política esportiva, dividida entre ações afirmativas do acesso ao esporte e ações neodesenvolvimentistas alinhadas a burguesia nacional. Ainda assim, nota-se a primazia do destinação de recursos para EELIS. Bolsonaro por sua vez também apresenta uma dualidade nos direcionamentos de recursos públicos, porém com uma hipervalorização do esporte de alto rendimento, principal destino de investimento durante seu governo.

Quando expandido ao orçamento geral, Lula continuou com uma maior proporção de uso para EELIS (36,5%), porém agora seguido de EAR (31,55%). Bolsonaro por sua vez, continuou a priorizar destinações a EAR (52,81%) e EELIS (42,37%). Dessa forma, a política esportiva de Lula se baseou principalmente pela via orçamentária, e sua prioridade de destinação de recursos se dividiu principalmente entre EELIS, grandes eventos e EAR.

Portanto, observa-se que, apesar de EELIS ter sido ofuscada a partir de 2006

com o aumento de investimentos para EAR e Grandes Eventos, a área foi a que obteve maior proporção de destinações em 8 anos de mandato, tanto pela via orçamentária como no financiamento total (incluindo também as fontes Extraorçamentárias e os gastos tributários). Apesar de EAR atingir o mesmo patamar de gasto que EELIS (CARNEIRO;SOUZA;MASCARENHAS, 2023), o montante e a alta proporção de uso de EELIS possibilitou a criação e o amadurecimento de políticas públicas fundamentais para a democracia esportiva nacional para além de seu governo.

Bolsonaro, por outro lado, apesar da pouca ou total ausência de investimentos em grandes eventos e gestão, não priorizou EELIS, diminuindo seus recursos e aumentando o investimento nos esportes de alto rendimento (CARNEIRO;SOUZA;MASCARENHAS, 2023). Como consequência, EAR foi sua principal prioridade, tanto pela via orçamentária como pelo orçamento geral. Essa conduta se dá por conta do alinhamento a ala conservadora da Secretaria Especial de Esporte a partir da hipervalorização de EAR e a afinidade para com ideais neoliberais, que acabam por gerar uma diminuição do uso de orçamento público e a desestruturação organizacional do esporte com o fim do ME.

Logo, ambos governantes tiveram ações conflitivas em relação ao segundo inciso do art 217 da Constituição de 1988, que discorre sobre a necessidade do Estado priorizar a manifestação educacional do esporte, e apenas em casos específicos, o esporte de alto rendimento e espetáculo.

Observa-se que durante o governo de Lula, há uma grande evolução no acesso ao esporte (com a criação do PST e PELC), resultando na primazia de investimento destinado para EELIS. Em contrapartida, no governo Bolsonaro, além do rebaixamento do status do esporte com o fim do ME, há a primazia do esporte de alto rendimento tanto pelo orçamento geral como no orçamento público, reduzindo a visão do esporte como direito e reforçando a visão neoliberal de investimento em busca de um retorno, seja pela visibilidade publicitária, ou pela busca de resultados internacionais em competições, relacionada principalmente a um sentimento de patriotismo e soberania (característica constante na política de Bolsonaro)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo a realização de uma análise geral das políticas esportivas de Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022), englobando seus contextos, realização de programas, origem e destinações dos recursos disponibilizados.

Lula possuiu dois mandatos que somaram oito anos. Em 2003, ele criou o Ministério do Esporte. Seu governo teve dois Ministros, sendo Agnelo Queiroz e Orlando Silva, ambos pertencentes ao mesmo partido (PcdoB) e sem formação na área. Suas indicações refletiram um jogo político a favor do PcdoB após anos de apoio a Lula em eleições anteriores.

O Ministério destacou-se pela criação de diversos programas durante o período, tanto com propósito social – como a criação do PELC e do PST que beneficiaram mais de dez milhões de cidadãos – como voltado para o alto rendimento com a criação do Bolsa Atleta. Ademais, houve-se a realização de três Conferências Nacionais de Esporte, a formulação da Lei de Incentivo ao Esporte e o emprego dos programas “Rumo ao Pan 2007” e “Brasil no alto rendimento” que basearam o princípio da agenda esportiva no país (MASCARENHAS et al, 2012) a partir do segundo mandato de Lula.

Para seu funcionamento e desenvolvimento, o governo baseou boa parte de seu investimento provindo da via orçamentária. Seu principal destino foi para projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (EELIS), seguido de EAR e Grandes Eventos, antecedendo os Jogos Pan e Para Pan Americanos do Rio de Janeiro em 2007. Além dele, o Brasil sediaria também os Jogos Mundiais Militares (2011), Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016), que ditaria boa parte das prioridades do ME nos anos seguintes.

Bolsonaro por sua vez empossou ao cargo de presidente em Janeiro de 2019 e permaneceu até o mês de Dezembro de 2022. Em seu primeiro mês de mandato, o esporte sofreu uma grande queda: O fim do Ministério do Esporte alinhado a um projeto neoliberal de diminuição no número de Ministérios e de destruição das políticas públicas (TAFRAREL; SANTOS JÚNIOR, 2019). Agora como Secretaria Especial de Esporte (SEE) subordinada ao Ministério da Cidadania, seu comando passou por três Secretários

Especiais em quatro anos de mandato: dois militares formados na área de esportes (General Marco Aurélio e General Décio Brasil) representando a ala militar do governo e um jornalista padrinho de casamento de Flávio Bolsonaro (Marcelo Magalhães) representando a ala ideológica. Dessa forma, a SEE. Dessa forma, observa-se a tentativa de militarização da pasta esportiva com as indicações de Vieira e Décio, além da indicação do nome de Magalhães que evidenciou o uso da esfera pública para indicações com alinhamento pessoal e ideológico, além de gerar uma grande queda de braço entre diferentes alas do próprio governo (GUIRRA et al, 2021).

A inércia da Secretaria pouco colaborou para o desenvolvimento do esporte brasileiro. Em quatro anos, sua principal ação foi a criação da Secretaria de Paradesporto que não atuou de maneira prática. A falta de transparência da organização impossibilitou uma análise aprofundada das políticas realizadas nessa pesquisa.

Os investimentos para o esporte nacional foram provindos em sua maioria da fonte Extra-Orçamentária e pelos Gastos Tributários, colaborando para a diminuição do papel do estado na garantia do acesso ao esporte (ATAHYDE;ARAÚJO;FILHO, 2021) principalmente em um período pandêmico.

Os principais destinos dos recursos foram primeiramente o Esporte de Alto Rendimento, alinhado às prioridades do setor privado e reforçando a perspectiva do uso do esporte como ferramenta de soberania e patriotismo presentes na política de Bolsonaro. Atrás de EAR encontrou-se EELIS, apagando a importância social do esporte a ser acessado como direito indo em desacordo ao segundo inciso do artigo 217 da Constituição de 1988.

Embora haja um vasto acervo bibliográfico acerca do financiamento esportivo entre 2003 e 2016 (TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR, 2019), as pesquisas acerca das políticas esportivas de Bolsonaro ainda são escassas. Logo, é preciso assumir as limitações desse trabalho, que esbarrou também na falta de transparência do governo entre 2019-2022, impossibilitando uma análise mais detalhada principalmente acerca do funcionamento dos programas públicos durante o período. Portanto, espera-se que essa pesquisa exploratória seja o motor para que novos estudos surjam a fim de detalhar com mais clareza o financiamento do esporte brasileiro, principalmente durante o governo Bolsonaro.

REFERÊNCIAS

ADUSP - Associação dos Docentes da USP. **O controle ideológico na USP: 1964-1978**. São Paulo: ADUSP, 2004.

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de. **O financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil**, 2010.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; DE ARAUJO, Silvana Martins; DA SILVA PEREIRA FILHO, Ednaldo. **DÉCADA PERDIDA DO ESPORTE: 10 ANOS PARA LEVAR O BRASIL AO “NÃO MAIS”!**. Corpoconsciência, p. 110-130, 2021.

ATHAYDE, Pedro; MASCARENHAS, Fernando; SALVADOR, Evilásio. **Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula**. Revista brasileira de ciências do esporte, v. 37, p. 2-10, 2015.

BENITES, Afonso; GORTÁZAR, Naiara; COLETTA, Ricardo. Bolsonaro: **“O Brasil começa a se libertar do socialismo, e do politicamente correto”**. *EL PAÍS*, Brasília, 02/01/2019 Disponível em: <brasil.elpais.com/brasil/2019/01/01/politica/1546380630_050685.html#:~:text=E%20me%20coloco%20diante%20de,Bolsonaro%2C%20arrancando%20aplausos%20e%20gritos.>. Acesso em: 01/04/2024

BOUDENS, Emile Paulo Johannes. **O financiamento do esporte no primeiro mandato de Lula (2003-2006)**. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, p. 1-20, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 30/03/2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. **Ministério do Esporte. Institucional. histórico**. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/institucional/historico.jsp>>. Acesso em: 01 mar. 2024

CANAN, Felipe; STAREPRAVO, Fernando Augusto. **O esporte na constituição brasileira-genealogia e teleologia do artigo 217**. Movimento, v. 27, p. e27026, 2021.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. **O financiamento do esporte no Brasil: aspectos da atuação estatal nos governos Lula e Dilma**, 2019.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva et al. **Os gastos tributários com esporte nos governos Lula e Dilma**. Movimento, v. 25, p. e25059, 2019.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva et al. **Orçamento do esporte no governo Dilma: a primazia dos interesses econômicos e o direito escanteado**. Revista brasileira de ciências do esporte, v. 41, p. 343-349, 2019.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando. **Era uma vez um ministério do esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer**. Motrivivência, v. 31, n. 60, 2019.

CASTELAN, Lia Polegato. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. Campinas, SP, 2011.

Castro, S. B. E. D., Scarpin, J. E., & Mezzadri, F. M. **Emendas parlamentares e o orçamento federal para o esporte brasileiro (2004-2015)**. Motrivivência, 32(62), 2020.

CAVAZZONI, Pedro Bataglioli; BASTOS, Flávia da Cunha; KURLE, Giovani. **Lei de Incentivo ao Esporte: aplicação nas manifestações do esporte e captação de recursos**. Lecturas Educación Física y Deportes, v. 15, n. 146, 2010.

DA CRUZ SANTOS, Flávia. **Procurando o lazer na constituinte: sua inclusão como direito social na Constituição de 1988**. Movimento, v. 20, n. 4, p. 1305-1327, 2014.

de Almeida, B. S., & Júnior, W. M. **O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008)**. Movimento, 16(4), 73-92, 2010.

DE OLIVEIRA, Marcus Taborda. **Esporte e política na ditadura militar brasileira: a criação de um pertencimento nacional esportivo**. Movimento, p. 155-174, 2012.

FERNANDES, Florestan. **Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo**. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

GIBRAN, Sandro Mansur; NODA, Juliana Markendorf; LOCKS, Louvaine. **A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS SOB A ÓTICA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO:(IN) EFICIÊNCIA DA INTERVENÇÃO ESTATAL?**. Relações Internacionais no Mundo Atual, v. 1, n. 26, p. 123-138, 2020.

GONZÁLEZ, José Ignacio Barbero. **Sociología del deporte: configuración de un campo**. Revista de educación, n. 295, p. 345-378, 1991.

GUIMARÃES, Adriana Aparecida et al. **Políticas públicas no âmbito do Ministério do Esporte e os planos plurianuais dos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff: Com o orçamento quem ganha o quê, quando e como?** 2017.

GUIRRA, Frederico Jorge Saad; CASTELLANI FILHO, Lino Castellani Filho; CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. **O ocaso da política esportiva brasileira no governo Bolsonaro**. In: XXII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IX Congresso Internacional de Ciências do Esporte. 2021.

KOZICKI, Katya et al. **Militarização da saúde: Crise e as relações Civis-Militares no Governo Bolsonaro**. Direito Público, v. 17, n. 96, 2020.

Lei n. 11.438, de 29 de dezembro de 2006. Institui o incentivo fiscal à projetos desportivos. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em: 1 maio. 2024.

LIS, Laís;. **Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU**. O GLOBO, São Paulo, 17/07/2020 Disponível em: < g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu,> Acesso em: 01/04/2024

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998

MASCARENHAS, Fernando et al. **O Bloco Olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016**. Revista da ALESDE, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 15-32, out. 2012.

MASCARENHAS, Fernando. **Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami**. 2012.

MASCARENHAS, Fernando. **O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 30, n. 4, p. 963-980, out./dez. 2016.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo/SP: Boitempo, 2013.

MATIAS, Wagner. **Política social de esporte e lazer no governo Lula: o Programa Esporte e Lazer da Cidade**. SER Social, v. 16, n. 34, p. 134-134, 2014.

MATIAS, Wagner Barbosa. **O enigma olímpico: o controvertido percurso da agenda e políticas esportivas no Governo Lula**. 2013.

MATIAS, Wagner Barbosa et al. **A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil**. Movimento, v. 21, n. 1, p. 95-109, 2015.

MONTORO, Xabier Arrizabalalo. **Capitalismo y economia mundial. Bases teóricas y análisis empíricos para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI**. Madrid: Instituto Marxista de Economía. Universidad de Arte Y Ciencias Sociales e Universidad de Concepción, 2014.

MONTORO, Xabier Arrizabalo. **Financeirização? Não, imperialismo, crescimento da exploração e crise crescente do Capital.** A Verdade, n. 97, ago. 2018

MOTORYN, Paulo. **Bolsonaro nomeou padrinho de Flávio para chefiar Esporte, vetou auxílio e acabou com ministério.** Brasil de Fato, Brasília, 28 de julho de 2021 Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/28/bolsonaro-nomeou-padrinho-de-flavio-para-chefiar-esporte-vetou-auxilio-e-acabou-com-ministerio>> Acesso em: 01/04/2024

RUBIO, Kátia. **Do olimpo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual.** Revista Paulista de Educação Física, v. 16, n. 2, p. 130-143, 2002.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil.** Serviço Social em Revista, v. 14, n. 2, p. 4-22, 2012.

SALVADOR, Evilasio. **Renúncias tributárias: os impactos no financiamento das políticas sociais no Brasil.** Brasília: INESC; OXFAM Brasil, 2015.

SANTOS, Emily; **Brasil está entre países que não aumentaram recursos para educação na pandemia, diz OCDE.** G1, São Paulo, 16/09/2021 Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/09/16/brasil-esta-entre-paises-que-nao-aumentaram-recursos-para-educacao-na-pandemia-diz-ocde.ghtml> > Acesso em: 01/04/2024

Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor. Ministério do Esporte, Brasília. Disponível em: <gov.br/esporte/pt-br/composicao/orgaos-especificos/esporte/secretaria-nacional-de-futebol-e-defesa-dos-direitos-do-torcedor> Acessado em: 01/04/2024

SIGOLI, Mário A.; JUNIOR, Dante de R. **A história do uso político do esporte.** Revista brasileira de Ciência e Movimento, v. 12, n. 2, p. 111-120, 2004.

SNEAR. Ministério do Esporte, Brasília, 2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/esporte/pt-br/composicao/orgaos-especificos/esporte/SNEAR>> Acessado em: 01/04/2024.

TAFFAREL, Celi Zulke; SANTOS JÚNIOR, Claudio de Lira. **Política nacional do esporte: as consequências do desmonte do ministério do esporte.** Motrivivência, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 1-33, 2019

TEIXEIRA, Marcelo Resende et al. **O programa bolsa atleta no contexto esportivo nacional.** Motrivivência, v. 29, p. 92-109, 2017.

Teixeira, M. R., Carneiro, F. H., Mascarenhas, F., & Matias, W. B. **Esporte, fundopúblico e pequena política: os reveses de um orçamento (r) emendado.** Movimento, 24(2), 593-606, 2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Transparência no Esporte**. Disponível em: <http://www.transparencianoesporte.unb.br/>. Acesso em: 01/04/2024.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação Física da Universidade de Campinas, 2005

Zardo, A. F., de Souza, J., & Starepravo, F. A. **Gestores do esporte e visões depolítica esportiva no Brasil (1937-2016): uma abordagem sociológica**. *Motrivivência*, 30(53), 119-133, 2018.